



Anais da Assembléia

N.º 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1984.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Mandrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (*Tadeu Lúcio Machado*) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Telegrama:

TELEGRAMA

415206ALEG BR
611357SEFE BR

SENADO FEDERAL — BSB
22.11.84 — CONTREIRAS

ILMO SR DEPUTADO
TRAJANO BASTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAZER COMUNICAR VOSSÊNCIA MESA SENADO vg
REUNIÃO 21 CORRENTE MES vg ACOLHEU vg POR UNA-

NIMIDADE vg INDICAÇÃO DELEGADOS ET SUPLENTES
ASSEMBLEIA COLEGIO ELEITORAL pt ATS

MOACYR DALLA
PRESIDENTE SENADO FEDERAL

611357SEFE BR 415206ALEG BR

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após aprovação do Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para o Projeto de Lei n.º 322/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 247/84, que altera o Orçamento da Assembléia Legislativa até o limite de Cr\$ 705 milhões.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS e
GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se registre nos Anais da Assembléia, o transcurso do "Dia da Infância", ontem, alertando as autoridades maiores para que dê maior atenção ao problema do menor.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

Preocupamo-nos cada vez mais em estabelecer datas para comemorações, às vezes, apenas com o sentido de enaltecer o sentimento de evolução tecnológica, também importante em nossos dias, porém distante da visão humanitária a que nos devemos orientar.

Vivemos num momento em que certos segmentos da humanidade são totalmente esquecidos, ou lembrados, quando convém a algum evento econômico ou promocional. Tal é o caso da infância, com a criança como o principal elemento representativo, a sofrer as vicissitudes do esquecimento e da exploração.

Evidentemente, programas governamentais e comunitários, globalizados ou localizados, devem ser alvo da melhor atenção; porém, é necessário ser instituída uma data ostensiva e especificamente colocada nos calendários oficiais, quando será analisada, objetiva e enfaticamente, toda a gama dos problemas infantis, estabelecendo-se, a partir daí, proposições conclusivas a serem efetivadas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Prefeito Renato Cardoso Machado pela passagem do 30º aniversário de emancipação política do Município de

COLORADO.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, encarecendo a destinação de recursos de ordem financeira que serão utilizados no pagamento dos servidores públicos da Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A classe dos servidores públicos do Município de Engenheiro Beltrão sofreu, em anos anteriores, algumas decepções em face do atraso que era constante em relação aos seus vencimentos, além da própria condição em termos de ganho, que era sempre inferior aos níveis da inflação galopante.

Este mesmo quadro foi o alvo das maiores atenções por parte da atual Administração Municipal, já que era grande a expectativa por parte do conjunto dos servidores daquela cidade.

Muitas foram as dificuldades que foram, ao longo do tempo, eliminadas, mesmo diante da situação financeira que atinge inapelavelmente todos os municípios brasileiros.

No atual momento, a Prefeitura Municipal necessita que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, auxilie no pagamento do décimo terceiro salário, permitindo a liberação de dinheiro para tal, pois aquela obrigação trabalhista acarreta o dobro de recursos em relação ao que é pago normalmente durante o ano.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, visando a liberação de recursos orçamentários para o pagamento do décimo-terceiro salário aos servidores da Municipalidade de Fênix.

Em Fênix, muitas são as obras que, mesmo diante de sua reconhecida necessidade em realizá-las, não são postas em prática exatamente pela falta de uma legislação tributária que possa garantir àquele município, sua verdadeira autonomia.

Tal realidade chega a um ponto tão crítico que a Administração Municipal se vê até mesmo sem condições de realizar o pagamento normal dos salários (13.º) aos funcionários que prestam serviços à Prefeitura Municipal.

Neste sentido, torna-se indispensável que essa Governadoria do Estado libere, o mais breve possível, recursos que permitam o pagamento normal dos salários junto à classe funcional da Prefeitura de Fênix.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido da destinação de verbas para o pagamento dos servidores públicos da Municipalidade de Campo Mourão.

É sabido que a atual estrutura tributária devido a sua excessiva e injusta concentração em poder da União, tem trazido, nos últimos anos, no bojo da crise sócio-econômica problemas, que a continuar no estágio que está, trará como consequência (dentre as inúmeras) a falência definitiva das municipalidades, como nos dias de hoje já se verifica.

Campo Mourão, dentro de sua realidade específica, apresenta um quadro não muito diferente do restante do País. Pois tem enfrentado diversas dificuldades decorrentes da ausência de uma melhor distribuição dos impostos.

Ao longo dos últimos anos, Campo Mourão até mesmo teve o seu desenvolvimento retardado ou diminuído, no que tange a melhoria ou ampliação das condições do bem-estar social de sua gente, de responsabilidade da Administração Municipal.

Torna-se indispensável que aquela cidade tenha condições de encaminhar para um processo desenvolvimentista mais de acordo com as aspirações do seu povo. Para isto, é imprescindível a participação do Governo do Estado, em todos os sentidos.

No atual momento, ante aos compromissos relacionados com o funcionalismo público municipal, na parte salarial e tendo em vista o término do ano que se aproxima, onde deverá ser pago o décimo-terceiro salário, a Prefeitura Municipal necessita que essa Governadoria repasse recursos que possam fazer frente com os valores daquela folha de pagamento.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Presidente do CEE – CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a realização de estudos apropriados visando avaliar as reais possibilidades de se autorizar a extensão da FUNDESCAM – Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão, na Municipalidade de Ubitatã.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista manifestação, através de correspondência remetida ao Deputado que abaixo subscreve, formalizada pelo Ilustríssimo Sr. Doutor Carlos Alves, antigo morador daquela cidade. Este mesmo cidadão, acompanha muito de perto o comportamento da juventude, no que se refere às suas aspirações.

Neste sentido, quanto à área educacional, é amplamente possível perceber, para os que concluem o segundo grau, as limitações decorrentes da falta de uma instituição que ofereça cursos de grau universitário.

Um número até mesmo significativo de pessoas acaba por optar pela continuação dos seus estudos, mudando-se de Ubitatã para grandes centros universitários, sendo que a maioria, no entanto, que prossegue seus estudos, vai fazê-lo na cidade de Campo Mourão na FUNDESCAM – Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão.

Mas, face à carestia que a sociedade brasileira vivencia nos dias atuais, a classe trabalhadora e de menor poder aquisitivo é que tem mais sentido as consequências de tal realidade

sócio-econômica, sendo que esta mesma realidade se verifica em Ubitatã, especialmente junto à juventude, que tem sido cerceada de vários benefícios.

Uma destas privações que acontece com os jovens diz respeito ao processo educacional, onde a maioria destas, não possui condições capazes de possibilitar-lhes o prosseguimento dos estudos (seja em outros centros ou mesmo em Campo Mourão).

Neste sentido, a única alternativa apresentada, embora paliativa, trata-se da autorização, por parte desse conceituado e atuante Conselho, de uma extensão dos cursos atualmente oferecidos por aquela instituição de ensino de Campo Mourão, para a cidade de Ubitatã, permitindo, deste modo e já de início, a eliminação dos transtornos verificados pelos alunos que diariamente se deslocam até Campo Mourão; permitindo também que uma grande parcela de pessoas pudessem iniciar seus estudos a nível superior, que hoje não o fazem exatamente pela falta de condições financeiras.

Diante da exposição de motivos, ora apresentados, espera-se o total respaldo ao que é reivindicado, que embora sendo iniciativa do citado Advogado, representa uma justa reivindicação de toda aquela coletividade, notadamente no meio educacional.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no intuito da realização de estudos apropriados, objetivando avaliar as reais possibilidades de auxílio na recuperação de dezoito estabelecimentos de ensino existentes na Municipalidade de Janiópolis.

Nos últimos anos, o Município de Janiópolis vivenciou dificuldades enormes na área do ensino, no que diz respeito a recuperação e manutenção das instalações onde funcionam vários educandários. Tanto das escolas pertencentes à rede estadual de ensino como das pertencentes à rede municipal, nestes últimos anos sofreram seriamente com a desatenção dos organismos públicos responsáveis do setor.

Tal realidade foi herdada pela atual Administração Municipal que, reconhecendo a gravidade do problema, por outro lado (em que pese seus incontáveis esforços — se vê impossibilitada de assegurar a reestruturação das instalações das unidades escolares, tanto das existentes no perímetro urbano (incluindo os distritos) como das existentes na zona rural, exatamente pela falta de recursos financeiros capazes de permitir tais obras.

Neste sentido, torna-se imprescindível a colaboração dessa EMOPAR juntamente com essa Secretaria de Estado da Administração, quanto a auxiliar na urgente recuperação dos citados prédios, atendendo deste modo, iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Janiópolis, Neurides Valber Breiro.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira destinados à construção de um ginásio esportivo de pequeno porte, na Municipalidade de Juranda.

O Município de Juranda emancipou-se há pouco mais de dois anos, tendo deste modo, diversos problemas decorrentes de sua independência política e administrativa.

Um dos aspectos da vida daquela cidade, está no setor esportivo e cultural, pois Juranda simplesmente não dispõe de qualquer local onde possam ser desenvolvidas atividades de cunho cultural e esportivo.

Neste sentido, o Poder Executivo Municipal, através do seu Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, tem manifestado a importância de dotar a cidade de Juranda de uma estrutura que possa não somente possibilitar a realização de inúmeros acontecimentos esportivos como culturais, mas principalmente incentivar os jovens a tais atividades.

Ademais, devido ao seu pequeno porte, o Município de Juranda não conta com áreas de lazer e recreação, o que só tem permitido que um grande número de jovens fiquem até mesmo na ociosidade, tendo em vista a total falta de opção de qualquer entretenimento.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, é de se esperar que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte estude formas que possam viabilizar a pretendida reivindicação, através da liberação de recursos orçamentários para tal.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos financeiros para o pagamento do funcionalismo público da Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Tendo em vista a proximidade do término do ano, as administrações municipais começam a viver de forma ainda mais acentuada, a problemática que envolve a questão funcional. Pois, em razão do décimo terceiro a ser pago àquela classe trabalhista, tais obrigações oneram sensivelmente os cofres das municipalidades.

Em Barbosa Ferraz tal aspecto não poderia ser diferente. Mesmo diante de uma política de contenção de despesas, a Prefeitura Municipal daquela cidade não dispõe, no entanto, de uma dotação orçamentária que permita o cumprimento das mencionadas obrigações salariais.

Neste sentido, torna-se de capital importância dessa Governadoria, no sentido da liberação de verbas para aquela finalidade, correspondendo à expectativa do Excelentíssimo Senhor Arnaldo Coneglian, Chefe do Executivo.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando reiterar reivindicação que trata do asfaltamento do acesso da BR 369 até o perímetro urbano da Municipalidade de Juranda.

Há pouco mais de um ano atrás, exatamente no dia 21 de novembro, este Deputado abaixo subscrito, apresentou, em sessão plenária, requerimento pedindo a pavimentação asfáltica ao acesso da BR 369 (que liga os Municípios de Campo Mourão e Cascavel) até a faixa perimetral urbana da cidade de Juranda.

Naquela mesma oportunidade, tal solicitação se fazia naquela época manifestado pelas autoridades constituídas, assim como das inúmeras lideranças daquela coletividade.

Recentemente, o problema ganhou novamente ênfase, com as lideranças reiterando tal reivindicação com relação àquela pavimentação. Pois, no entender do Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, Prefeito Municipal, do Excelentíssimo Senhor João Calixto Neto, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e do Excelentíssimo Senhor Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Jair Grigato, que é também integrante do Poder Legislativo local; o asfaltamento daquele trecho, que é de cerca de 1.500 metros, virá trazer maior segurança aos condutores de veículos tendo em vista que, atualmente, o tráfego naquele trecho apresenta até mesmo certos riscos, como a falta de visibilidade ante a poeira que se forma (notadamente em dias de estiagem em períodos mais longos).

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes o encaminhamento do que ora é solicitado, tendo em vista a sua inquestionável importância para o Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido do atendimento das reivindicações abaixo apresentadas pela Direção do Colégio Estadual Machado de Assis, localizado na Municipalidade de Sertãoópolis.

No dia 24 de outubro do corrente ano, foi desenvolvida, através da coordenação da Direção Escolar, uma pesquisa junto aos educandos do Colégio Estadual Machado de Assis, que pertence ao Complexo Escolar Professora Antonia Fernandes, visando conhecer, em detalhes, quais são as sugestões formuladas por aqueles integrantes, no que se refere à aplicação de recursos arrecadados pela Associação de Pais e Mestres existente naquele estabelecimento de ensino.

Primeiramente, torna-se importante destacar o caráter democrático daquela pesquisa, que teve como questão central saber quais são as verdadeiras aspirações do conjunto do estudantado em relação a implantação de novas estruturas que possibilitem a melhoria ainda maior das condições de ensino oferecidas.

Os resultados apontados por aquela mesma enquête

foram os seguintes:

1. Iluminação e melhoramento da quadra de esportes;
2. Aquisição de ventiladores para as salas de aula;
3. Aquisição de livros, material didático e outros equipamentos;
4. Aquisição de bebedouros;
5. Realização de melhorias no pátio do Colégio, iluminação, bancos, cobertura ligando os prédios e levantamento da altura do muro;
6. Aquisição de material esportivo e jogos para a sala de recreação;
7. Realização de pintura e reparos no prédio interna e externamente;
8. Conserto de carteiras, quadros de giz, cortinas para as janelas;
9. Colocação de lâmpadas fluorescentes nas salas de aula;
10. Realimentação da cantina e fornecimento de merenda escolar;
11. Aquisição de material de pesquisa para o laboratório;
12. Aquisição de máquinas de datilografia para o escritório modelo;
13. Fornecimento de material didático para alunos carentes.

Tais pesquisas revelam, acima de tudo, muita maturidade por parte dos educandos, que demonstraram que conhecem não somente suas dificuldades como sabem perfeitamente caminhos que possam servir como solução.

Tendo em vista o grande número de reivindicações formuladas, percebe-se que a Associação de Pais e Mestres não dispõe de recursos financeiros para tanto.

Neste sentido e de acordo com o Diretor do Colégio Machado de Assis, Ilustríssimo Senhor Luiz Albertini Filho, é imprescindível que essa FUNDEPAR, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, avaliem formas que permitam o encaminhamento de medidas que venham de encontro ao atendimento daquelas justas reivindicações, que aliás são há muito formuladas.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, objetivando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do funcionalismo da Municipalidade de Campina da Lagoa.

Tendo em vista o término do ano que se aproxima, a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa vive novamente o problema do pagamento do salário (13.º) do funcionalismo municipal. Situação esta que se verifica ante a falta de dotação orçamentária que permita o cumprimento normal de tais obrigações trabalhistas.

Neste sentido, torna-se indispensável a colaboração do Excelentíssimo Senhor Governador, quanto à reivindicação ora apresentada, assegurando a liberação, o mais breve possível, de recursos que possam auxiliar no pagamento normal junto à citada classe funcional.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

PROJETO DE LEI Nº 335/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os vencimentos dos funcionários públicos, estaduais, civis e militares, são reajustados em 39,0% (trinta e nove por cento), calculados sobre o vencimento básico vigente em 31 de outubro do corrente ano.

Parágrafo único — O reajuste de que trata este artigo terá efeito retroativo, devendo ser aplicado a partir de 1.º de novembro de 1984.

Art. 2.º — Os futuros reajustes salariais deverão ter percentual no mínimo, equivalente a 100,0% (cem por cento) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC; ou, no caso da extinção deste índice, de outro que as autoridades federais estabelecerem para substituí-lo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1984.

(a) ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

- I. A atual conjuntura econômica da Nação apresenta elevados índices de inflação que tem, entre outras, como consequência a acelerada elevação do custo de vida, tornando, a cada dia, mais difícil os encargos mínimos para a manutenção de uma família.
- II. A iniciativa privada vem, de há bastante tempo, aplicando índices de reajustes salariais de seus servidores, acima do mínimo que a Lei Federal estabelecia e estabelece, como foi o recente caso dos metalúrgicos de São Paulo.
- III. Durante a campanha política de 1982 o Governador José Richa e seus companheiros de partido, prometeram solenemente ao funcionalismo que aplicariam, pelo menos, 100% do INPC nos reajustes salariais dos funcionários do Estado, conforme foi fortemente veiculado em jornais e mensagens dirigidas da época.
- IV. No período de julho de 1983 a julho de 1984, nos três aumentos concedidos pelo atual Governo, foi impingida uma perda real de 39% aos funcionários, o que se constata pela comparação dos índices aplicados pelo Estado e os do INPC vigentes em cada momento respectivo:

Julho de 83: INPC: 58,17%; reajuste: 35,0%

Janeiro de 84: INPC: 74,80%; reajuste: 65,0%

Julho de 84: INPC: 68,4%; reajuste: 70,0%

- V. O reajuste de 39% visa exclusivamente repor a perda que os funcionários tiveram desde que o Governador José Richa assumiu e com a medida, além de fazer justiça à laboriosa classe, estamos dando condições a que uma das várias promessas seja cumprida.
- VI. Para corroborar nossa proposta há que se destacar que a receita do ICM, conforme anunciam as próprias autoridades do Estado, será da ordem de 1,0 trilhão de cruzeiros, o que corresponde a um aumento de 385,0% (trezentos e oitenta e cinco por cento) neste ano, quando comparado com o previsto no or-

çamento de 83; em contrapartida os aumentos concedidos neste ano (65% em janeiro e 70% em julho) apresentam um total acumulado de somente 180,5%

- VII. A fixação de percentuais, pelo menos, equivalentes ao INPC para reajustes futuros, objetiva tranquilizar o funcionalismo, evitando a desgastante expectativa e trabalhosa negociação nas ocasiões de reposição salarial.

O SR. PRESIDENTE (*Tadeu Lúcio Machado*) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra a visita do Vereador de Londrina, Álvaro Groti, a esta Casa de Leis.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A população de Curitiba dormiu ontem assustada com a Polícia do Paraná.

Pela primeira vez na nossa história, alunos, crianças e adolescentes, foram na escola comemorar a passagem do ano letivo, o término do ano letivo, a aprovação para uma série superior a partir do ano letivo do ano que vem.

Isso é tradicional, faz parte do hábito do adolescente e da própria mocidade estudantil de Curitiba.

Milhares de pais de famílias estão estarelecidos com a grosseria, com a selvageria, com a ignorância, com a arrogância da Polícia, que não acaba com a onda de criminalidade, Polícia que não dá segurança do povo, povo que tem medo de ficar em casa e de ser assaltado; mãe que fica na janela de casa nervosa enquanto a filha não volta da escola, do trabalho ou do namoro para casa, com medo de que sua filha seja brutalizada porque a Polícia do Paraná está impotente para dar ao povo a segurança que todos têm direito, mas na hora em que é para prender uma criança que não cometeu nenhum crime, que não roubou, que não assaltou, a Polícia quer provar a sua capacidade, e vem com violência colocar nos camburões crianças que, depois, criminosamente, foram colocadas nos cubículos, no xadrez da Delegacia de Proteção ao Menor.

É de se perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde está o preparo, a qualificação da Polícia e até do titular da Delegacia de Proteção ao Menor que colocou crianças de escolas, de três escolas de Curitiba, presas com maconheiros, com drogados, com trombadinhas, com garotos marginais que estavam recolhidos à Delegacia de Proteção ao Menor, misturando crianças de bem, com marginais daquela Delegacia.

Enquanto a imprensa chegou, o titular da Delegacia de Proteção ao Menor mostrou-se um homem mal educado, agressivo, truculento, prepotente, dono da situação.

A própria diretora da escola, Dona Carola, já desmentiu, Sr. Presidente Nestor Baptista, que tenha chamado a polícia para prender aluno de sua escola, e ainda que alguém tivesse telefonado, cabe à polícia ver se deve ou não prender uma criança. E agora estão surgindo escolas e mais escolas onde a polícia está concentrando toda a sua violência, a sua selvageria para prender crianças e adolescentes.

E queremos até alertar os futuros calouros das Universidades do Paraná para que tomem cuidado porque se a Polícia está prendendo crianças que estão se divertindo, estão festejando, estão se confraternizando, é bem provável que esta Polícia, se não for tomada nenhuma providência, ela vai espalhar, vai prender também aqueles que forem aprovados nos

Quero aqui, Srs. Deputados, apelar ao Governador José Richa, lembrando que ainda ontem em São Paulo, Franco Montoro assumiu pessoalmente a demissão e a punição de soldados da Polícia Militar de São Paulo, que cometeram violências contra um Deputado de São Paulo.

Aqui no Paraná a violência não foi contra nenhum Deputado: foi contra crianças inocentes que não cometeram nenhum crime. Quero apelar ao Governador José Richa, para que ele assuma essa tarefa, puna, demita e chame à responsabilidade, cada policial que está envergonhando a farda que está usando, o cargo que está ocupando na nossa Polícia Militar.

O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está de luto, está chocado com esta violência aqui praticada contra crianças, e esperamos que amanhã não ocorra o mesmo com os nossos filhos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

Havendo declinado, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Estamos chegando ao final de mais um ano, que certamente marcará o fim do autoritarismo no Brasil.

No entanto, à medida que se aproxima o final do ano, aumenta a preocupação dos suinocultores, distribuídos em 283.981 estabelecimentos agropecuários no Paraná (Censo 1980) e dos Avicultores, pertencentes a 331.595 estabelecimentos (Censo 1980), com o fantasma de elevação do ICM, tanto na venda da produção ao frigorífico, como nos insumos utilizados na alimentação animal.

Explico melhor o que está ocorrendo. O frango passou a pagar 5,1 por cento de ICM a partir do corrente ano, e o suíno possui 50 por cento de crédito presumido, pagando, portanto, 8,5 por cento de ICM e caso os atuais convênios em vigor não sejam renovados, na reunião do CONFAZ de 04.12.84 em Brasília, tanto o frango, como o suíno, passarão a recolher 17 por cento de ICM, o que, aliado ao aumento da taxaço dos insumos usados na alimentação, que de 4,25 por cento passarão a 8,50 por cento, em 1985, irá no conjunto representar um aumento de custo de produção da ordem de 15,30 por cento ao frango e de 11,90 por cento ao suíno, o que naturalmente será repassado ao consumidor.

Srs. Deputados, as crises da suinocultura e avicultura são do conhecimento de todos e elas se repetem de forma mais intensa a cada dois ou três anos, a exemplo daquela que tivemos no segundo semestre de 1983, que ainda está mais viva na lembrança dos produtores, quando boa parte dos plantéis foram liquidados devido a insuficiência no abastecimento de milho, ocasionada pelas enchentes e pela exportação precipi-

tada de produtos pelo Governo Federal.

Atualmente o produtor de suínos gasta Cr\$ 1.900 para produzir um quilo de carne, recebendo para o mesmo quilo na venda do animal, de Cr\$ 2.000 a Cr\$ 2.100, auferindo, portanto, rentabilidade positiva de cerca de 8%. Já o avicultor, gasta para produzir um quilo de carne, Cr\$ 1.420, recebendo na venda de seu produto Cr\$ 1.550/kg, auferindo uma rentabilidade positiva de cerca de 9%.

Pois bem, Srs. Deputados, como eu disse, a avicultura e suinocultura ainda atravessam uma fase de equilíbrio, possibilitando que o produtor mantenha-se na atividade. Mas qual será o futuro destas atividades? Como será o comportamento dos preços de milho neste final de ano? E no próximo ano? Estes tipos de incertezas vêm acompanhando os produtores nos últimos anos. Agora, caso o Conselho Nacional de Política Fazendária, promova a elevação do recolhimento de ICM da avicultura e suinocultura, esta medida por si só tornará inviável a continuidade das criações, dada a forte pressão que exercerá no aumento do custo de produção, como já vimos anteriormente (15,30% p/frango e 11,90% ao suíno).

Por estas razões, estou questionando junto ao Governador José Richa e ao Secretário das Finanças, João Elísio, para que o Paraná adote uma postura de defesa dos produtores paranaenses, na reunião do CONFAZ de 04.12.84, optando pela prorrogação dos atuais incentivos existentes para o frango (5,1% de ICM) e para o suíno (50% de crédito presumido) e mantendo a taxaço dos insumos nos atuais níveis de 4,25%, pois nestas condições o produtor já desembolsa somente de ICM, na primeira operação de venda, Cr\$ 260/kg vivo de suíno ou Cr\$ 26.000/Animal produzido e Cr\$ 142/kg vivo de frango ou Cr\$ 256/frango produzido.

Para se entender melhor estes setores vou fazer uma breve retrospectiva destes dois importantes segmentos.

A avicultura de corte brasileira apresentou um extraordinário crescimento, entre 1970 e 1982, passando de 217 mil toneladas de carne para 1.604 toneladas, isto é um crescimento de 640% em doze anos, o qual foi interrompido a partir de 1983, quando a produção caiu para 1.584 mil toneladas, continuando o ritmo de queda em 1984 para 1.440 toneladas, apresentando uma redução de 10,20% e 9,10% em relação a 1.982 e 1.983, respectivamente.

A exportação de carne de frango, iniciada de forma tímida em 1.975, com 3.469 toneladas, apresentou um salto até chegar a 301.793 toneladas em 1.982, caindo para 289.301 toneladas em 1.983 e 280.000 toneladas em 1.984, refletindo a recessão econômica a nível mundial, acirramento da concorrência e principalmente devido a queda dos preços de petróleo, receita básica dos países do oriente Médio, mais expressivos importadores de produto brasileiro. As exportações brasileiras de aves, já chegaram a atingir uma receita cambial de 354,3 milhões de dólares em 1.981, caindo para 242,2 milhões de dólares em 1.983, devendo atingir 270 milhões em 1.984. Cabe ressaltar ainda a importância do Porto de Paranaguá na exportação de carne de frango, que responderá por mais de 50% dos embarques a serem efetuados no corrente ano, ou seja cerca de 150 mil toneladas.

Quero ainda frisar que o consumo "per capita" de carne de frangos, atingiu seu pico máximo em 1.982, ano que ficou em 10,4 kg, caindo para 9,0 kg em 1.984.

Por sua vez a suinocultura brasileira apresenta um quadro ainda mais adverso, pois apesar de registrar um crescimento de 39% entre 1.970 a 1.980, passando de 705,1 mil toneladas de

carne em 1.970, para 980 mil toneladas em 1.980, estagnando-se neste patamar por 4 anos, para apresentar uma queda de 13% em 1.984, voltando aos níveis de 1.978, ou seja de 850 mil toneladas. Esta queda na produção de suínos confirma, que o consumo "per capita" baixou de 8,2 quilos em 1.980, para 6,50 quilos em 1.984, isto é, em 5 anos, o brasileiro está comendo 21% a menos de carne suína.

As exportações brasileiras de carne suína, iniciaram em 1.974, com 400 toneladas e chegaram a atingir 12.000 toneladas em 1.977, caindo para 4.900 toneladas em 1.978, ano em que a famigerada Peste Suína Africana golpeou a suinocultura brasileira, não havendo mais exportações nos anos subseqüentes. Atualmente as exportações brasileiras, na região Sul do País, estão novamente liberadas, mas estas não vêm se efetivando de forma mais expressiva, dado as pressões e ao protecionismo do mercado comum europeu, que paga altos subsídios à sua produção interna e não admite concorrência do Brasil."

Cabe, neste momento, fazermos um parêntesis, para dar em primeira mão, o que nos foi informado hoje pelo Secretário Geral da Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, Dr. Josélio, que nos confidenciava hoje, em Brasília, que a partir de 5 de dezembro, todo o território nacional estará liberado quanto ao problema de peste suína africana. E nessas condições, todo o território brasileiro, a exemplo do que ocorre já com o Cone Sul, ou com os Estados do Sul Brasileiro, estará liberado para transportar para onde quiser, e trazer de onde quiser, desde que respeitadas as normas zoonosológicas internacionais, suínos, uma vez que o Brasil em todo o seu território, após a realização de 300 mil exames sorológicos, está considerando hoje isento e livre desse mal que tantos problemas nos causou.

(Continua lendo): "Visto os problemas do lado do produtor, não devemos esquecer que o poder de compra do consumidor vem caindo sensivelmente nos últimos anos, notadamente dos assalariados. Para se ter uma idéia, em novembro de 1.982, comprava-se com um salário-mínimo, 44 quilos de carne suína (pernil) ou 89 quilos de carne de frango (frango resfriado) e em novembro de 1.984, com o mesmo salário compra-se somente 29 quilos de carne suína (pernil) ou 56 quilos de carne de frango, perdendo, o salário-mínimo, em poder de compra em dois anos de 34% a 37% para a carne suína e de frango respectivamente. Como grande parte dos assalariados percebem reajustes salariais abaixo do salário-mínimo, principalmente nos tempos do Decreto-Lei n.º 2.065, o poder de compra dos assalariados da classe média, está relativamente ainda mais comprimido.

No Paraná, Estado que possui o maior rebanho de suínos do País, com uma população de cerca de 4,3 milhões de cabeças, a atividade vem perdendo terreno progressivamente nos últimos anos. Em 1980 o Estado possuía 5,7 milhões de cabeças, tendo, portanto, sofrido uma redução de 25% nos últimos cinco anos. Somente na passagem de 1.983 para 1.984, o rebanho e a produção de carne suína no Paraná diminuíram em 15%.

Em termos de avicultura de corte, o Paraná coloca-se como o terceiro maior produtor nacional, com um rebanho de cerca de 30 milhões de aves, com previsão de produção total, em 1.984, de 155 milhões de cabeças e uma produção de carne de 230 mil toneladas, gerando um valor bruto de produção calculado em 357 bilhões de cruzeiros. Diferenciando-se do quadro brasileiro, que registrou uma queda de 9% na produção, durante 1.984, em relação a 1.983, no Paraná a avicultura

de corte apresentara um crescimento no mesmo período, de cerca de 15%, em função da expansão no Estado, das empresas de integração, indústria/produtor, que praticamente dominam toda produção paranaense, respondendo por 95% do volume produzido. Por outro lado, o produtor de frango independente do Paraná, localizado principalmente no Norte do Estado, vem desaparecendo gradativamente, premido por um modelo econômico selvagem, sendo os mais sacrificados e os mais sujeitos as crises, de tal forma que caminham para o desaparecimento total no Estado.

Feita uma rápida análise da avicultura e suinocultura brasileira e paranaense, através de dados reais, e estudos técnicos, chamo a atenção dos Srs. Deputados, para os problemas que estes setores enfrentam, que não podem conviver com a nossa indiferença, pois estão envolvidos os interesses de 100.000 produtores paranaenses, dos quais 80% possuem área de terras menor que 50 hectares, estando em jogo direta ou indiretamente cerca de 500.000 pessoas.

Portanto, um dos instrumentos que o Estado possui para continuar viabilizando o setor, é a manutenção do ICM de frango em 5,1% o de suíno em 8,5% e dos insumos usados na alimentação em 4,25%. Vamos fazer disso uma bandeira de luta do Paraná, a ser levado pela Secretaria de Finanças na reunião do CONFAZ de 04 de dezembro próximo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado*. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adnail Sprenger Passos, com apoio do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 322/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 247/84, que altera o Orçamento da Assembléia Legislativa até o limite de Cr\$ 705 milhões. — *Aprovado*.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 322/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 247/84), que altera o Orçamento da Assembléia Legislativa, até o limite de Cr\$... 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: Dotação 0101.01010012.001, Subelementos 3.1.3.2, 3.2.5.5 e elemento 4.1.2.0. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Aprovado, artigo por artigo*.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 172/84, que declara de utilidade pública o "CLUBE DAS MÃES", com sede no Município de Chopinzinho. — *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 66, de 02 de agosto de 1984)*.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de lei n.º 229/84, (Mensagem n.º 178/84), que objetiva criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão, que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento.— *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 117, de 07 de novembro de 1984).*

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 254/84, que dá nova Redação ao Artigo 25, da Lei n.º 7.811, de 29.12.83, conforme especifica. (TAXAS DE SERVIÇOS DO DETRAN). *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 97, de 2 de outubro de 1984).*

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 267/84 (Mensagem n.º 207/84), que visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (um bilhão, noventa e quinze milhões, quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício.— *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 103, de 11 de outubro de 1984).*

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 194/84, (ex-Proposição n.º 59/84), que aprova as contas referentes à aplicação das verbas correspondentes à dotação de Subvenção Social, do Poder Legislativo, referentes ao exercício de 1983.— *Aprovado.*

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 194/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo único: Ficam aprovadas as contas referentes à dotação de Subvenção Social do Poder Legislativo, referentes ao exercício de 1983.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO — Presidente e
Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 195/84 (ex-Proposição n.º 143/84), que aprova as contas da Assembléia Legislativa, referentes ao exercício financeiro de 1983.— *Aprovado.*

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 195/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo único: São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa, referentes ao exercício financeiro de 1983.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO — Presidente e
Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 302/84, (Mensagem n.º 226/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera o orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial, no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com outros custeios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— *EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.*

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 311/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 230/84), que altera o

orçamento da EMOPAR, até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), com objetivo de dar respaldo legal para ampliação dos serviços da empresa, com vista as obras do PRORURAL, armazém de Palmas, Anexo ao Plenário da Assembléia Legislativa e outras. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— *EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.*

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 314/84, (Mensagem n.º 231/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com custeio e capital do Tribunal de Alçada, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— *EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.*

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 315/84, (Mensagem n.º 229/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os orçamentos das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de Cr\$ 82.000.000 (oitenta e dois milhões de cruzeiros) e Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— *Aprovado.*

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 316/84, (Mensagem n.º 232/84), de autoria do PODER EXECUTIVO, que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em Cr\$... 78.000.000 (setenta e oito milhões de cruzeiros) e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana em Cr\$ 13.000.000 (treze milhões de cruzeiros), para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— *EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 276/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 211/84), que dispõe sobre enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.E., por unanimidade.— *EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos Municípios, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/84, (Mensagem n.º 146/84 - ex-Proposição n.º 149/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoração de 24.04.84, dos Convênios de 22.11.83 e 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 147/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, em 05.04.84, e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos municípios.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/84, (Mensagem n.º 155/84 - ex-Proposição n.º 159/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/84, (Mensagem n.º 151/84 - ex-Proposição n.º 154/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guarapuava, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/84, (Mensagem n.º 150/84 - ex-Proposição n.º 153/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Paranavaí, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS".— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/84, (Mensagem n.º 173/84 - ex-Proposição n.º 176/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 29.06.84, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Ponta Grossa, objetivando aplicação de recursos financeiros, vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA", no referido Município.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 164/84, (Mensagem n.º 184/84 - ex-Proposição n.º 182/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 6.º Termo Aditivo de 13.06.84, ao Convênio de 04.02.80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Cancro Cítrico no Estado do Paraná.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 165/84, (Mensagem n.º 161/84 - ex-Proposição n.º 172/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 10/84, celebrado em 26.07.84, entre o Estado do Paraná, através da Secre-

taria do Interior e o Município de São José da Boa Vista, objetivando concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF, de 10W, para ser instalado na sede do referido Município.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 166/84, (Mensagem n.º 185/84 - ex-Proposição n.º 183/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 06.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando execução de atividades de combate e erradicação da febre Aftosa no Estado.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 167/84, (Mensagem n.º 172/84 - ex-Proposição n.º 175/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.ºs Termos Aditivos de Convênio em 18.07.84, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras em conformidade, com o PRONOROESTE.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 168/84, (Mensagem n.º 181/84 - ex-Proposição n.º 180/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13.07.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, nos Municípios signatários.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 169/84, (Mensagem n.º 144/84 - ex-Proposição n.º 146/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e o Município de Santo Antônio do Paraíso, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 170/84, (Mensagem n.º 187/84 - ex-Proposição n.º 185/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13.07.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Corbélia, objetivando execução de obras de controle da erosão, no referido Município.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 171/84, (Mensagem n.º 162/84 - ex-Proposição n.º 173/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo de 23 de abril de 1984, ao Convênio de 22 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário, do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a PORTOBRÁS, com objetivos que especifica.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 172/84, (Mensagem 190/84), ex-Proposição n.º 178/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível” e “Programa de Investimentos em Transportes Urbanos”. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 173/84, (Mensagem n.º 160/84, ex-Proposição n.º 161/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Quinto Termo Aditivo de 11/06/84, ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade à fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal e de produtos fitossanitários. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 174/84, (Mensagem n.º 180/84, ex-Proposição n.º 181/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a COMEC, e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros do COMEC, na execução de obras nos Municípios signatários. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 200/84, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.T.C., que aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1983. — *Aprovado, artigo por artigo.*

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 206/84, VETO apostado ao Projeto de Lei n.º 145/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo criar, no Município de PARANAVAI, Escola Técnica de Agricultura, nível Segundo Grau, com o nome de COLÉGIO AGRÍCOLA HEITOR ALENCAR FURTADO. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Of. DTL/142/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 114/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 145/83, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Paranavaí, uma Escola Técnica de Agricultura, em nível de Segundo Grau.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, que conferem ao Governador do Estado a competência para iniciativa de leis cuja execução crie,

aumente ou autorize despesa pública.

Por outro lado, vale ressaltar que o veto apostado, em razão dos imperativos constitucionais citados, não impede que a criação do pretendido estabelecimento de ensino agrícola, que, aliás, independe de lei específica, conforme o art. 47, inciso XVII, da Constituição Estadual. Assim, a medida poderá merecer os necessários estudos pelos órgãos técnicos da Secretaria de Estado da Educação, onde serão examinadas as viabilidades técnicas e financeiras para a criação de tal unidade de ensino.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 145/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em próprio do Estado, no Município de Paranavaí, Escola Técnica de Agricultura em nível de Segundo Grau, que receberá o nome de COLÉGIO AGRÍCOLA HEITOR ALENCAR FURTADO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 04/10/84

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 145/83

PARECER:

Ao examinar o veto ao Projeto de Lei n.º 145/83, verifica-se que foi apostado pelo Sr. Governador do Estado, dentro do prazo preceituado pelo artigo 28, § 1.º, da Constituição Estadual, e de acordo com o que determinam os artigos 25 e 35 da referida Carta Magna.

Assim sendo, constata-se que o veto está em condições de ser apreciado pela Casa, e o parecer é pela manutenção do mesmo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

CAÍTO QUINTANA — Relator

Em discussão. Em votação o Projeto de Lei n.º 245/83. — *Rejeitado o projeto, mantido o veto.*

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 207/84, VETO apostado ao Projeto de Lei n.º 64/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que veda a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros, os Municípios cujas contas não tenham sido aprovadas pelo Egrégio Tribunal de Contas, sob alegação de “Contas Irregulares”. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 111/84, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 64/83, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o T.C. a liberar os órgãos estaduais a fornecer auxílios financeiros e celebrar convênios com Prefeituras Municipais, cujas prestações de contas apresentaram irregularidades formais nos exercícios de 1981, 1982 e 1983.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, cujos termos, por mim acolhidos, são adiante transcritos:

"1. — O projeto só envolve as prestações de contas decorrentes de auxílios e convênios, uma vez que a prestação de contas anual que o Chefe do Executivo está obrigado a fazer perante o Tribunal de Contas, por força de disposição constitucional, mesmo aquelas que, eventualmente, recebam parecer prévio opinando pela sua desaprovação, qualquer que seja o motivo, **NÃO IMPLICAM NO FORNECIMENTO DE CERTIDÃO NEGATIVA AOS MUNICÍPIOS QUE A REQUEREM**, para o fim de obtenção de auxílios financeiros junto ao Governo Estadual;

2. — É falha, em nosso entendimento, a redação do artigo primeiro do projeto, uma vez que, ao Tribunal de Contas, não compete **LIBERAR** os órgãos do Governo do Estado a fornecer auxílios financeiros e celebrar convênios com Prefeituras Municipais. O Tribunal de Contas tão somente fornece certidão, indicando se o Município tem ou não auxílios, subvenções ou contribuições, pendentes de comprovação, conforme dispõe o art. 27, da Lei 5615, de 11 de agosto de 1967, a saber:

"Art. 27 — As entidades de Direito Público ou Privado que receberam do Estado auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título, serão obrigadas a comprovar, perante o Tribunal, a aplicação das importâncias recebidas, aos fins a que se destinaram, sob pena de suspensão, de novos recebimentos, além das cominações cabíveis aos responsáveis legais."

3. — Prosseguindo no exame do texto do projeto, diz o mesmo art. 1.º ... "cujas prestações de contas apresentaram irregularidades formais nos exercícios de 1981, 1982 e 1983".

Ora, o Tribunal não desaprova as prestações de contas, por apresentarem irregularidades formais, uma vez que esses processos, preliminarmente, são encaminhados ao interessado que, após saná-los e devolvê-los, são aprovados sem maiores dificuldades ou demora. E, ainda, quanto aqueles que apresentam possíveis irregularidades que estão sendo objeto de procedimento judicial, para a apuração de responsabilidade, **O TRIBUNAL DE CONTAS TEM FORNECIDO O DOCUMENTO HÁBIL, JUSTAMENTE OBJETIVANDO NÃO PREJUDICAR A**

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA OBTENÇÃO DE NOVOS RECURSOS.

4. — Para ilustrar o comentado no item anterior, a Diretoria Revisora de Contas deste Tribunal, nos informa que menos de uma dezena de municípios, têm prestações de contas pendentes de aprovação, o que representa um número insignificante considerando o número de municípios (310) e a quantidade de auxílios concedidos anualmente, cerca de 2.000.

Concluindo, face ao exposto, é nosso entendimento que o projeto de lei em exame, é inconveniente e inoportuno".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 64/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Tribunal de Contas do Estado do Paraná autorizado a liberar os órgãos do Governo do Estado a fornecer auxílios financeiros e celebrar convênios com Prefeituras Municipais, cujas prestações de contas apresentaram irregularidades formais nos exercícios de 1981, 1982 e 1983.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04/10/84

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO: Veto n.º 207/84 — Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 64/83, de autoria do ilustre Deputado Tadeu França, que pretendia autorizar o Tribunal de Contas do Estado a liberar os órgãos do Governo do Estado a fornecer auxílio financeiro e celebrar Convênios com Prefeituras Municipais, cujas prestações de contas apresentaram irregularidades formais nos exercícios de 1981, 1982 e 1983, e dá outras providências.

PARECER:

O veto aposto ao Projeto de Lei n.º 64/83, foi comunicado a esta Casa, pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício DTL 135/84, datado de 29 de outubro de 1984, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual e, dos termos da justificativa depreende-se que o Veto se embasa em razões de ordem constitucional e por julgá-lo contrário aos interesses do Estado.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do Veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ERVIN BONKOSKI — Relator

Em votação. — *Rejeitado o projeto, mantido o veto.*

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 208/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 23/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que estabelece índices para o aumento de tributos no Estado do Paraná, conforme especifica e dá outras providências. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Of. DTL/136/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 120/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 23/84, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “os tributos, taxas e impostos recebidos pelo Estado somente poderão ser aumentados anualmente, e na base de 80 por cento do INPC” e que “os preços e as tarifas dos serviços executados sob concessão ou permissão do Estado somente poderão sofrer aumentos ou reajustes semestrais e na base dos aumentos percentuais do INPC”.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que, versando sobre matéria financeira fere frontalmente o preceito contido no art. 25, § 1.º, letra “a” da Constituição Estadual, onde é reservada, como competência exclusiva ao Governador do Estado, a iniciativa do processo legislativo de leis de tal natureza.

Por oportuno, vale ressaltar o fato de ser a medida conflitante, ainda, com mandamentos da Constituição Federal e do Sistema Tributário Nacional, nas disposições pertinentes à competência tributária dos Estados, mormente em relação aos tributos estaduais cujas alíquotas são fixadas através de Resolução do Senado Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 23/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os tributos, taxas e impostos recebidos pelo Estado, somente poderão ser aumentados anualmente e na base de 80 por cento do INPC.

Art. 2.º — Os preços e as tarifas dos serviços executados sob concessão ou permissão do Estado, somente poderão

sofrer aumentos ou reajustes semestrais, e na base dos aumentos percentuais do INPC.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 04/10/84

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 208/84

PARECER:

A presente proposição é oriunda do veto governamental ao Projeto de Lei 23/84, de autoria do nobre Deputado Roberto Requião e outros, que estabelece índices para o aumento de tributos no Estado do Paraná, conforme estabelece.

Analisando-se a Proposição, temos que:

I — O veto governamental foi apostado dentro do prazo constitucional; e,

II — As razões do veto estão consubstanciadas, segundo o Ofício 136/84, que encaminhou a matéria, em preceitos constitucionais que estabelecem competência exclusiva para a iniciativa de processo legislativo de leis de tal natureza do Chefe do Poder Executivo.

Com isso, a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

Em votação. — *Rejeitado.*

O SR. EZEQUIAS LOSSO — *(Pela Ordem)* Sr. Presidente, para registrar que a Bancada do PDS votou a favor do projeto e contra o veto.

O SR. PRESIDENTE — *(Nestor Baptista)* A Mesa registra. — *Está rejeitado o projeto, mantido o veto.*

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 209/84, VETO apostado ao Projeto de Lei n.º 93/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que fixa em cinquenta (50) anos completos o limite de idade para inscrição em concurso público, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Of. DTL/134/84

Curitiba, 26 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 122/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando das atribuições que me conferem o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 93/84, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar em cinquenta anos o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no ser-

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade, por ferir os mandamentos contidos no art. 25, § 1.º, letra "c", os quais conferem ao Governador do Estado a competência exclusiva para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores do Estado e seu regime jurídico.

Se não bastasse a inconstitucionalidade antes apontada, ter-se-ia que levar em conta não haver, a rigor, nenhuma possibilidade de um igual limite de idade para todas as categorias funcionais, como pretende o projeto ora vetado. Obviamente, em razão das atribuições do cargo a ser provido, a idade limite para inscrição em concursos públicos poderá variar. Harmonicamente a essa circunstância, o art. 30 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) determina que o limite de idade seja definido nas instruções do respectivo concurso, não podendo ultrapassar de quarenta e cinco anos. Confirmando tal assertiva, vale mencionar que, a Lei Complementar número 14, de 26 de maio de 1982, em seu art. 17, estabelece o limite de trinta e cinco anos para inscrição em concursos ao ingresso em cargos da Polícia Civil do Estado e o parágrafo único do art. 105, da Constituição Estadual, fixa em quarenta e cinco anos o limite para ingresso nos cargos da Magistratura.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 93/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica fixado em 50 (cinquenta) anos completos, o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no serviço público estadual.

Art. 2.º — É vedado, a qualquer órgão da Administração direta ou indireta do Estado do Paraná, estabelecer limite de idade inferior ao fixado no artigo anterior.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04/10/84.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 209/84

PARECER:

A proposição em tela, é originária de veto apostado ao Projeto de Lei n.º 93/84, de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, que objetiva fixar em cinquenta anos o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no serviço público estadual.

Analisando-se a proposição, temos que:

I — O veto foi apostado dentro do prazo constitucional; e,

II — As razões do veto, segundo o Ofício número 134/84, do Sr. Governador do Estado, se fundamentam em preceitos constitucionais que estabelecem a competência exclusiva do

Chefe do Poder Executivo para a iniciativa do processo legislativo em matérias em que tratam ou disponham sobre servidores do Estado e seu regime jurídico.

Nestas condições, a matéria está apta a ser encaminhada à apreciação do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

Em discussão. Em votação. — *Rejeitado o projeto, mantido o veto.*

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 211/84, VETO PARCIAL apostado ao Projeto de Lei n.º 164/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 134/84), que objetiva alterar o disposto no "caput" do art. 143, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, e dá outras providências. (REVISÃO DE PROVENTOS DE FUNCIONÁRIOS CÍVIS APOSENTADOS). Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Of. DTL/103/84

Curitiba, 23 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 106/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o projeto de Lei Complementar 164/84, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do "caput" do art. 143, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado) e adotar outras providências no sentido de se proceder revisão de proventos de funcionários civis aposentados, do Poder Executivo, e o veto parcial apostado incidirá sobre as disposições da letra "d" do item III e sobre as do item VI, e de sua letra "a", constantes do parágrafo único, do art. 2.º.

O não acolhimento às mencionadas disposições decorre da indiscutível inconstitucionalidade das mesmas, tendo em vista que, por serem originárias de Emendas dessa Augusta Casa de Leis, ferem os mandamentos contidos no art. 25, § 2.º, letra "a" da Constituição Estadual, os quais vedam "emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos de leis oriundos da competência exclusiva do Governador".

Vale ressaltar que a matéria foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem 134/84, de 26 de junho de 1984, usando da competência exclusiva que lhe é reservada pelo art. 25, § 1.º, letra "c" da Carta Estadual, e que por isso, não poderia sofrer as supracitadas emendas.

Por outro lado, se não bastassem os óbices de natureza constitucional apontados, há que se considerar o fato de que as disposições constantes das emendas vetadas demandariam mais detidos estudos em face, principalmente, da necessidade de manter perfeita harmonia com as demais normas que irão fixar bases e critérios para reajustamento de proventos de servidores inativos.

Os estudos que precederam à elaboração de versão original proposta a essa augusta Casa de Leis foram realizados de maneira a estabelecer, nas dimensões possíveis, o indispensável equilíbrio, tanto no propósito de melhor remunerar os inativos como também, em estrita obediência à capacidade do Erário em suportar as despesas com a implantação do benefício. Deve-se considerar que, se fossem acolhidas as emendas, surgiriam casos de inativos percebendo mais que servidores da ativa, de igual categoria e, assim, a medida seria totalmente distanciada de seus justos e reais objetivos. Note-se que os dispositivos vetados importariam em superposição de vantagens, adicionando gratificações novas do pessoal em atividade àquelas, mais antigas, que apenas os inativos percebem.

Uma visão bastante clara dessa distorção, poder-se-á ter em relação aos inativos fazendários, caso fosse acolhida a emenda que pretende estender a essa categoria, benefícios do pessoal da Coordenadoria da Receita Estadual. Neste caso, tais inativos passariam a receber proventos superiores àqueles que os funcionários da própria C.R.E., aposentados na mesma época, terão por decorrência de dispositivos específicos contidos no plano de lei em exame.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 211/84 – Veto parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 164/84, de autoria do Poder Executivo objetivando alterar o disposto no “caput” do art. 143, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, e dá outras providências.

PARECER:

O veto parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 164/84, foi comunicado a esta Casa, através do Ofício DTL/139/84, datado de 23/10/84, decorrendo daí o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pelo inciso I, do art. 28, da nossa Carta Magna Estadual, e dos termos da justificativa depreende-se que o Veto se embasa em razões puramente constitucionais.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condição de ser apreciada por esta Comissão e levada à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Relator

Em discussão. Em votação. – Rejeitado o projeto, man-

tido o veto.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, para registrar que o PDS votou a favor das emendas e contra o veto.

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) A Mesa registra a solicitação de Vossa Excelência.

DISCUSSÃO ÚNICA – do requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado NILSO SGUAREZI, solicitando 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde. – *Aprovado*.

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no que contém o Atestado Médico em anexo, vem à presença de Vossa Excelência solicitar a concessão de 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

SERVIÇO MÉDICO ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que o Deputado NILSO SGUAREZI necessita afastar-se de suas atividades parlamentares, por um prazo não inferior a 10 (dez) dias, a partir de 27 de novembro de 1984, para tratamento de saúde.

Curitiba, 26 de novembro de 1984.

(a)

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso da BR-369 até o perímetro urbano do Município de Juranda. *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verbas para o pagamento dos servidores públicos do Município de Campo Mourão. – *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a extensão da FUNDESCAM – Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão, no Município de Ubatuba. – *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para pagamento do 13.º salário dos servidores do Município de Fênix. – *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secre-

taria da Educação, encarecendo atendimento às reivindicações apresentadas pela Direção do Colégio Estadual Machado de Assis, no Município de Sertãoópolis. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento dos servidores públicos do Município de Engenheiro Beltrão. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando que se registre nos Anais da Casa, o transcurso do Dia da Infância. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário de emancipação política do Município de Colorado. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do funcionalismo do Município de Campina da Lagoa. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento do funcionalismo público do Município de Barbosa Ferraz. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros destinados à construção de um ginásio esportivo de pequeno porte, no Município de Juranda. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a recuperação de 18 estabelecimentos de ensino no Município de Janiópolis. — *Aprovado*. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 276 e 322/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 143, 156 a 161, 164 a 174 e 200/84.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 308/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 55, 163, 193, 197, 200, 204, 228, 288, 302, 311, 314, 315 e 316/84.

Levanta-se a Sessão.